

Acordo de
Leniência
na Lei de
**Improbidade
Administrativa**
e na Lei
Anticorrupção

Kleber Bispo dos Santos

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Kleber Bispo dos Santos

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SA237a

Santos, Kleber Bispo dos.

Acordo de leniência na lei de improbidade administrativa e na lei anticorrupção / Kleber Bispo dos Santos. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.
224 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 193-210.

ISBN 978-85-519-0942-3

1. Improbidade Administrativa. 2. Corrupção – Legislação - Brasil. 3. Brasil. [Lei n. 12.846, de 1 de agosto de 2013]. 4. Responsabilidade Penal. 5. Função Social. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Combate à Corrupção	5
1. 1 Tratados internacionais de combate à corrupção e a adesão do Estado Brasileiro	5
1.1.1 Dos precedentes internacionais	5
1.1.2 Da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais aprovadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.....	7
1.1.3 Da Convenção Interamericana contra a Corrupção aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA)	9
1.1.4 Da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU)	10
1.1.5 Desdobramentos da adesão do Estado brasileiro aos tratados internacionais anticorrupção e a edição da Lei 12.846/2013.....	12
1.2 Da responsabilidade das pessoas jurídicas	17
1.2.1 Das teorias sobre o fenômeno da existência e vontade da pessoa jurídica.....	17
1.2.2 Da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	21
1.2.3 Da responsabilidade administrativa da pessoa jurídica e a natureza da responsabilidade imputada às pessoas jurídicas pela Lei de Improbidade Administrativa e pela Lei Anticorrupção.....	27
1.2.4 Da responsabilidade objetiva da pessoa jurídica prevista na Lei Anticorrupção	34

1.3 Das diferenças e os pontos de intersecção entre a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei Anticorrupção	42
1.3.1 Da lei de improbidade administrativa e a imputação de sanções às pessoas jurídicas	43
1.3.2 Da Lei Anticorrupção e os pontos de intersecção com a Lei de Improbidade Administrativa.....	47
1.3.3 Da conformação legislativa para atribuição de ilícitos e sanções administrativas.....	51
1.5 Do postulado da razoabilidade	60
1.6 Dos princípios.....	63
1.7 Do princípio do non bis in idem	72
1.8 Da interpretação e aplicação da Lei de Improbidade Administrativa e Lei Anticorrupção na imputação de sanções às pessoas jurídicas	74
Capítulo 2 – Acordo de Leniência	85
2.1 Conceito e natureza jurídica.....	85
2.2 Fundamentos e origens do instituto	89
2.3 Acordo de Leniência e o interesse público.....	95
2.3.1 Acordo de leniência, vinculação e discricionariedade.....	102
2.5 Dos requisitos para celebração do acordo de leniência na lei anticorrupção	117
2.6 Rejeição da proposta	124
2.7 Descumprimento.....	129
2.8 Acordo de Leniência na Lei Geral de Licitações	133
Capítulo 3 – Acordo de Leniência na Lei de Improbidade Administrativa	139
3.1 Efeitos, extensão e limites do acordo de leniência	139

3.2 Acordo de leniência na lei de improbidade administrativa	150
3.2.1 Precedentes de acordos de leniência na lei de improbidade administrativa	158
3.3 Legitimados para celebrar e participar do acordo de leniência	163
3.4 Dos mecanismos de integridade e compliance e a relação com o acordo de leniência e a função social da empresa.....	167
3.5 Dos efeitos do acordo de leniência em relação à prescrição	177
Conclusão.....	181
Referências Bibliográficas	193